Projeto de Resolução n.º 482/XVI/1.ª

Recomenda ao Governo que promova, no plano internacional, a defesa da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito na Geórgia

A Geórgia, enquanto Estado membro do Conselho da Europa, comprometeu-se a respeitar os valores fundamentais de democracia, direitos humanos e Estado de Direito. Nos últimos anos, o país demonstrou uma ambição clara de integração europeia, consagrada na sua constituição, sinalizando um compromisso com o fortalecimento de instituições democráticas e o respeito pelas liberdades individuais.

Contudo, assistimos, com grande preocupação, a uma deterioração grave da situação política e democrática na Geórgia. Após um processo eleitoral profundamente marcado por irregularidades e manipulação organizada de votos, o atual governo georgiano, liderado pelo partido "Georgian Dream", tem demonstrado um afastamento dos valores europeus e uma aproximação alarmante a práticas autoritárias. A recente decisão de interromper as negociações com a União Europeia foram motivo para a população voltar a demonstrar o seu desagrado com o governo. A repressão violenta de manifestações pacíficas, a detenção arbitrária de opositores políticos e o abuso de poder por forças regulares e irregulares são exemplos claros de uma deriva autoritária.

A Geórgia tem também enfrentado interferências externas que comprometem a sua soberania e integridade territorial. Em 2008, a Rússia invadiu as regiões georgianas da Ossétia do Sul e da Abecásia, resultando na ocupação desses territórios e no reconhecimento unilateral da sua independência por parte da Rússia. Este ato de agressão violou o direito internacional e representou uma ameaça significativa à estabilidade regional.

Mais recentemente, em 2024, surgiram alegações de interferência russa nas eleições legislativas da Geórgia. A Presidente georgiana, Salomé Zourabichvili, denunciou a existência de um "sistema sofisticado" de fraude ligado à Rússia, que teria beneficiado o partido no poder, "Sonho Georgiano". Estas alegações foram acompanhadas por protestos massivos em Tbilisi, onde milhares de cidadãos exigiram novas eleições livres e justas.

A interferência russa nos assuntos internos da Geórgia não é um fenómeno isolado. A Rússia tem um histórico de intervenções em países vizinhos, como exemplificado pela invasão da Ucrânia em 2022, que resultou na anexação ilegal de territórios ucranianos e em graves violações dos direitos humanos. Estas ações demonstram uma estratégia contínua de desestabilização de nações soberanas e de subversão dos princípios democráticos, contrariando os sentimentos e vontades populares.

Os acontecimentos recentes têm sido condenados pela comunidade internacional, que exige um fim imediato à repressão e o respeito pelos princípios básicos da democracia. A Iniciativa Liberal reitera a sua solidariedade com o povo georgiano e, em particular, com os jovens, estudantes e demais cidadãos que arriscam as suas vidas e liberdades em defesa de uma Geórgia livre, democrática e alinhada com os valores europeus.

Portugal, enquanto Estado membro da União Europeia e defensor dos direitos humanos, tem o dever de se posicionar ao lado do povo georgiano e de instar a comunidade internacional a adotar medidas concretas para garantir a salvaguarda da democracia e do Estado de Direito na Geórgia.

Resolução

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. Manifeste publicamente a sua solidariedade com o povo georgiano e reitere o compromisso de Portugal com os valores fundamentais da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito.

2. Exorte as autoridades georgianas a garantir o fim imediato da repressão violenta contra manifestantes pacíficos e a libertação de todos os manifestantes detidos de forma arbitrária.

3. Condene as interferências externas, nomeadamente da Federação Russa, nos processos eleitorais da Geórgia, que comprometem a soberania e a integridade democrática do país.

4. Reitere a necessidade de respeitar a integridade territorial da Geórgia, condenando a ocupação contínua das regiões da Ossétia do Sul e da Abecásia pela Rússia, em violação do direito internacional.

5. Defenda, junto da União Europeia, a implementação de medidas sancionatórias contra responsáveis políticos e institucionais da Geórgia envolvidos em violações de direitos humanos, como a proibição de entrada no espaço europeu e congelamento de ativos financeiros.

6. Reforce o apoio às instituições democráticas georgianas e à sociedade civil, em coordenação com os parceiros europeus, incluindo o financiamento de programas de educação cívica e de fortalecimento da liberdade de imprensa.

Palácio de São Bento, 11 de dezembro de 2024

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Rodrigo Saraiva
Mariana Leitão
Bernardo Blanco
Carlos Guimarães Pinto
Joana Cordeiro
Mário Amorim Lopes
Patrícia Gilvaz
Rui Rocha